



ESTADO DO CEARÁ



## **Câmara Municipal de Acopiara**

LEI Nº 606/74, de 12 de setembro de 1974.

DISPÕE sobre a Reestruturação do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal e a criação de Cargos, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ACOPIARA.

Faço saber que a Câmara Municipal de Acopiara aprovou, o Prefeito Municipal sancionou, nos termos do § 2º, do Art. 52, da Lei Nº 9.457, de 04 de junho de 1971, e, eu, na qualidade de seu Presidente, de conformidade ainda, com o referido diploma legal, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - O Quadro de Pessoal - Parte Permanente - da Câmara Municipal de Acopiara, compõe-se dos seguintes cargos e funções:

- I - Cargos de Provimento efetivo, constante do anexo 1;
- II - Cargos de Provimento em comissão e funções gratificadas, constantes do anexo 2.

Art. 2º - Ficam criados, com os vencimentos mensais correspondentes, os cargos relacionados sob o título situação nova do Anexo 3, que não constarem entre os discriminados sob o título situação antiga do mesmo anexo.

Art. 3º - Os cargos discriminados sob o título situação antiga do anexo mencionado no artigo anterior ficam transformados, com o enquadramento dos seus atuais ocupantes nos cargos relacionados sob a nomenclatura situação nova.

Art. 4º - Os cargos criados pela presente lei, e não providos na forma do art. 3º, serão preenchidos mediante concurso público de provas e títulos.

Parágrafo Único - A habilitação em concurso terá validade específica para os cargos mencionados no respectivo edital ou portaria.

Art. 5º - Serão inscritos obrigatoriamente nos concursos públicos que a Câmara realizar os servidores não estáveis, ocupantes de funções ou cargos análogos, nos deveres e atribuições, aos cargos objetos de concurso.



ESTADO DO CEARÁ

## Câmara Municipal de Acopiara



Parágrafo Único - A nomeação dos candidatos aprovados em concurso será feita para os cargos isolados ou cargos das classes iniciais de cada carreira, obedecida rigorosamente a ordem de classifica-ção.

Art. 6º - Conhecidos e homologados os resultados do concurso, proceder-se-á à nomeação dos candidatos aprovados.

§ 1º - Na data da homologação do concurso serão dispensados | os servidores não estáveis que não lograram aprovação.

§ 2º - O disposto no parágrafo anterior abrange exclusivamente os servidores ocupantes de cargos ou funções constantes do anexo 3.

Art. 7º - Fica o Presidente da Câmara autorizado a constituir a Comissão encarregada de realizar os Concursos, a ser integrada por pessoas estranhas ao serviço público municipal, de reconhecida capacidade profissional e idoneidade.

Parágrafo Único - O Presidente da Câmara, oportunamente, expedirá portaria com as instruções gerais, requisitos e demais especificações relativas ao Concurso.

Art. 8º - A gratificação de função criada pela presente lei, será percebida cumulativamente com os vencimentos do cargo ocupado | pelo funcionário.

Parágrafo Único - A gratificação de função será igual a 25% (vinte e cinco por cento) dos vencimentos do funcionário que a ela | fizer jús.

Art. 9º - Quando não houver candidatos aprovados em concurso poderá o Presidente da Câmara realizar concurso público para o provimento das vagas existentes ou remanescentes.

Art. 10º - Os cargos em Comissão serão providos mediante livre escolha do Presidente da Câmara, por servidores ou não que satisfaçam as qualificações exigidas para sua investidura.

Art. 11º - No caso de nomeação de ocupante de cargo efetivo para o exercício de cargo de provimento em comissão, será permitida a opção pelos vencimentos do cargo efetivo.

Art. 12º - Em casos de necessidade, e com o objetivo de alcançar melhor rendimento, evitando novos encargos permanentes e ampliação



ESTADO DO CEARÁ

## Câmara Municipal de Acopiara



desnecessária do quadro de servidores, a Câmara poderá contratar pessoal em caráter temporário obedecida a legislação vigente.

Parágrafo único - A contratação do pessoal na forma prevista neste artigo poderá ser feita quando existir dotação orçamentária que permita a cobertura das despesas, devendo a remuneração ser fixada de acordo com o cargo ocupado pelo contratado.

Art. 13º - Será adotado para os funcionários da Câmara o critério da paridade de vencimentos dos funcionários da Prefeitura Municipal.

Art. 14º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta das verbas próprias do orçamento da Câmara para o corrente exercício.

Art. 15º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Acopiara, 12 de setembro de 1974.

Francisco Edmilson Alves

Presidente.